

Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
referentes aos exercícios encerrados em
31 de dezembro de 2025 e 2024
Com Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda

Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Tangará Transmissora de energia Elétrica S.A. ("Tangará" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Tangará é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A ("Taesa"), constituída em 21 de fevereiro de 2022, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados do Maranhão e Paraná, proveniente do contrato de concessão ANEEL nº 03/2023.

Andamento do Projeto

As obras foram iniciadas em 2023 e segue conforme o cronograma de implantação planejado. O prazo ANEEL para conclusão é março de 2028. Em 16 de março de 2026, o ONS emitiu o Termo de Liberação referentes à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV. Com esta liberação, a concessão passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$35.100 (referente ao ciclo 2025-2026), O empreendimento foi entregue parcialmente com cerca de 24 meses de antecipação, o avanço físico do projeto está descrito no quadro a seguir:

Evolução Física e Investimentos				
Projetos de Linhas e subestações	Evolução Física até 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024	Evolução Física em 31/12/2025	Investimento realizado até 31/12/2025
Linhas de transmissão				
Encruzo Novo - Santa Luzia III	36,23%	83.398	84,97%	185.855
Açailândia - Dom Eliseu II	12,87%	17.104	84,53%	90.861
Seccionamentos				
LT Açailândia - Miranda II na SE Santa Luzia III	14,38%	1.538	97,86%	15.803
Subestações a serem construídas				
Santa Luzia III	52,81%	89.906	99,30%	274.612
Dom Eliseu II	40,83%	15.734	97,43%	84.539
Subestações a serem adequadas				
Açailândia	40,71%	41.740	97,44%	174.254
Encruzo Novo	60,90%	49.830	99,95%	99.113
Miranda II	3,49%	144	100,00%	719

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da Tangará e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Sistema de Gestão Integrado

A Tangará, respaldada pela Alta Direção e por seus colaboradores, reafirma seu compromisso com o sistema de gestão integrado que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Como diretrizes organizacionais, estabelece o cumprimento dos requisitos legais, regulatórios e contratuais aplicáveis, bem como a busca pela excelência e pela melhoria contínua de suas práticas e processos, direcionados à execução de serviços de operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Chamamos atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nos valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo reapresentados para correção de erros, como previsto no pronunciamento técnico IAS 8/CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.355	4.094
Ativo de contrato de concessão	6	74.144	-
Impostos e contribuições sociais correntes	7	6.088	629
Outras contas a receber e outros ativos		528	13.367
Total dos ativos circulantes		108.115	18.090
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos judiciais	12	1.357	5.278
Ativo de contrato de concessão	6	1.225.230	476.481
Total dos ativos não circulantes		1.226.587	481.759
Total dos ativos		1.334.702	499.849
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		45.324	75.934
Impostos e contribuições sociais correntes	7	3.287	9.614
Dividendos a pagar	11	44.971	16.570
Outras contas a pagar		5.182	1.314
Total dos passivos circulantes		98.764	103.432
<i>Passivos não circulantes</i>			
Provisões para riscos judiciais		3.788	5.279
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	40.021	14.675
Tributos indiretos diferidos	9	47.427	17.392
Total dos passivos não circulantes		91.236	37.346
Total dos passivos		190.000	140.778
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		906.001	271.001
Reserva de lucros		238.701	88.070
Total do patrimônio líquido	13	1.144.702	359.071
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.334.702	499.849

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	792.857	354.623
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(1.127)	(97)
Material		(584.540)	(263.149)
Serviços de terceiros		(123)	(17)
Outros custos operacionais		(33)	(2)
	17	(585.823)	(263.265)
Lucro Bruto		207.034	91.358
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal		(4.727)	(1.324)
Serviços de terceiros		(748)	(129)
Outras despesas administrativas		143	(12)
	17	(5.332)	(1.465)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições		201.702	89.893
Receitas financeiras		6.085	2.766
Despesas financeiras		(1.428)	(302)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		4.657	2.464
Lucro antes dos impostos e contribuições		206.359	92.357
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.983)	(929)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(25.345)	(11.336)
Imposto de renda e contribuição social	18	(27.328)	(12.265)
Lucro líquido do exercício		179.031	80.092

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	179.031	80.092
Resultado abrangente total do exercício	179.031	80.092

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		93.001	1.228	17.491	-	111.720
Aumento de capital		168.000	-	-	-	168.000
Integralização de capital		10.000	-	-	-	10.000
Retificação da destinação do resultado de exercício anterior		-	-	5.830	-	5.830
Lucro líquido do exercício		-	-	-	80.092	80.092
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal		-	3.489	-	(3.489)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	60.033	(60.033)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.570)	(16.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	13	271.001	4.717	83.354	-	359.072
Aumento de capital		635.000	-	-	-	635.000
Retificação da destinação do resultado de exercício anterior		-	-	16.570	-	16.570
Lucro líquido do exercício		-	-	-	179.031	179.031
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal		-	9.468	-	(9.468)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	124.592	(124.592)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(44.971)	(44.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13	906.001	14.185	224.516	-	1.144.702

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		179.031	80.092
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	1.983	929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	25.345	11.336
Tributos indiretos diferidos	9 e 16	30.036	13.434
Receita de implementação e infraestrutura	6 e 16	(822.893)	(368.057)
Custo construção - provisão fornecedores	17	584.532	263.149
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		20	(172)
Provisões para riscos judiciais	12	352	-
Despesa de atualização monetária de contingências	12	28	172
		<u>(1.566)</u>	<u>883</u>
(Aumento) redução de ativos			
Impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(12.634)	8.482
Outros créditos		15.039	(13.341)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(615.140)	(187.868)
Outras contas a pagar		3.697	831
		<u>(609.038)</u>	<u>(191.896)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(610.604)	(191.013)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.135)	(321)
Caixa líquido (aplicados) nas atividades operacionais		(611.739)	(191.334)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento e integralização de capital	13	635.000	178.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		635.000	178.000
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		23.261	(13.334)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		4.094	17.428
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	27.355	4.094
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		23.261	(13.334)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A ("Companhia") é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de fevereiro de 2022, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

Explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Em 30 de março de 2023, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") o Contrato de Concessão nº 03/2023-ANEEL, referente ao lote 3 do Leilão de Transmissão nº 02/2022, para implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão no Estado do Maranhão, compostas por 279 km de linhas de transmissão e 3 subestações, a saber: (i) Linhas de Transmissão: 230kV Açailândia – Dom Eliseu II, C1 e C2 – CD, Linha de Transmissão 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III C1 e trecho de Linha de Transmissão em 500kV entre a Subestação Santa Luzia e a Linha de Transmissão Açailândia – Miranda II C1 e; (ii) Subestação: 500/230/69kV Açailândia (novos pátios em 230 e 69 kV), Subestação 230/69kV Dom Eliseu II e Subestação 500/230/138kV Santa Luzia III. O prazo ANEEL para início das operações é março de 2028.

A Tangará é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

A Companhia está em fase pré-operacional, e consequente apresenta capital circulante líquido negativo, portanto a Taesa, no papel de controladora, garante suporte financeiro necessário para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

A Administração aprovou em 30 de março de 2026 as presentes demonstrações financeiras que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base no pressuposto da continuidade.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

O direito à contraprestação por bens e serviços depende do cumprimento das obrigações de desempenho, não apenas da passagem do tempo. Dessa forma, as contraprestações são inicialmente reconhecidas como ativo de contrato e, à medida que as obrigações são atendidas, são reclassificadas para contas a receber de clientes (realização).

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável, quando aplicável, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída à obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos de recebíveis revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos judiciais - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47– Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros:

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e (iii) ao valor *justo* por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Provisões para riscos judiciais

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

3.5.1 Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor em 1º de janeiro de 2025

Norma	Descrição da alteração	Impactos
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10, estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs). Emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Resolução CVM nº 223/2024, a orientação visa disciplinar os métodos e interpretações contábeis aplicáveis ao reconhecimento e mensuração desses ativos e passivos, sem abordar questões tributárias ou jurídicas.	A Companhia não possui transações com créditos de carbono.
Alterações à IAS 21	Falta de Conversibilidade: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for.	A Companhia não identificou impactos sobre as demonstrações financeiras em função da referida norma.

3.5.2 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e 2027

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ESG').	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.

Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.6. Mudanças tributárias significativas

Em 2025, o Brasil avançou de forma relevante na Reforma Tributária, abrangendo tanto a tributação sobre o consumo quanto a tributação sobre a renda.

No âmbito dos tributos sobre o consumo, a reforma foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promovendo uma profunda reestruturação do sistema tributário.

O novo modelo substitui tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS),

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ambos com características de não cumulatividade e baseados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição está previsto para ocorrer entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027.

A legislação que cria o modelo tributário determina que PIS e COFINS serão extintos ao final de 2026, dando lugar à CBS em 2027. Com isso, a Administração entende que os saldos diferidos desses tributos não devem gerar obrigações futuras. Nesse cenário, a Companhia também avalia que o mecanismo de gross up da Receita Anual Permitida (RAP), hoje refletido no ativo de concessão, tende a deixar de existir após a mudança tributária. Possíveis ajustes nesse ativo e no passivo diferido dependerão da definição final das regras aplicáveis e da resolução das incertezas atualmente existentes. Esse processo poderá envolver a emissão de orientação específica pela ANEEL, prevista para 2026. Qualquer impacto contábil só será reconhecido quando atender plenamente aos critérios das normas vigentes.

No que se refere à reforma da tributação sobre a renda, destacam-se os seguintes pontos principais:

- (i) Aumento da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio, que passa de 15% para 17,5% a partir de janeiro de 2026, conforme previsto na Lei Complementar nº 224/2025; e
- (ii) A instituição do Imposto Mínimo Global à alíquota de 15%, nos termos da Lei nº 15.079/2024, em alinhamento ao Pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu alterações nas regras e nos limites de alguns incentivos fiscais, destacando-se:

- (i) Lucro Presumido, com aumento de 10% nas bases de presunção, sendo o IRPJ elevado de 8% para 8,8% e a CSLL de 12% para 13,20%, sobre a parcela da receita bruta anual que exceda 5 milhões de reais;
- (ii) REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) - Suspensão da incidência de PIS e COFINS, e, com a Reforma Tributária, da CBS e do IBS, sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e serviços vinculados aos projetos enquadrados no regime, além da redução de 10% no benefício para projetos aprovados a partir de abril de 2026; e
- (iii) Os incentivos fiscais concedidos no âmbito da SUDAM e da SUDENE, vinculados ao imposto sobre o lucro da exploração, sofreram redução de 10% para projetos aprovados a partir de janeiro de 2026. A redução desses benefícios fiscais, que incidem diretamente sobre a base de cálculo do imposto sobre o lucro da exploração, resulta no aumento da carga tributária efetiva e, consequentemente, na diminuição do lucro líquido após os impostos.

A Companhia permanece acompanhando atentamente os desdobramentos da Reforma Tributária Brasileira e avaliando seus potenciais impactos, mantendo monitoramento contínuo para assegurar a conformidade com as futuras regulamentações, mitigar riscos e garantir a correta aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários.

Adicionalmente, a Companhia já estruturou e colocou em produção a primeira entrega referente à inclusão do CBS e IBS estatísticos nas notas fiscais de saída, conforme previsto na legislação, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às novas exigências legais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os valores correspondentes estão sendo reapresentados em decorrência da revisão dos procedimentos de reconhecimento de notas fiscais, de forma a assegurar sua adequada observância ao regime de competência, conforme orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os impactos dessa reapresentação encontram-se detalhados a seguir:

Balanco Patrimonial	31/12/2024		
	(Apresentado)	Impactos	(Reapresentado)
Ativos			
Ativos circulantes			
Outros ativos circulantes não afetados	18.090	-	18.090
Total dos ativos circulantes	18.090	-	18.090
Ativos não circulantes			
Ativo de contrato de concessão	438.548	37.933	476.481
Outros ativos não circulantes não afetados	5.278	-	5.278
Total dos ativos não circulantes	443.826	37.933	481.759
Total dos ativos	461.916	37.933	499.849
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores	52.086	23.848	75.934
Outros passivos circulantes não afetados	27.498	-	27.498
Total dos passivos circulantes	79.584	23.848	103.432
Passivos não circulantes			
Impostos e contribuições sociais diferidos	12.953	1.722	14.675
Tributos diferidos	15.351	2.041	17.392
Outros passivos não circulantes não afetados	5.279	-	5.279
Total dos passivos não circulantes	33.583	3.763	37.346
Total dos passivos	113.167	27.611	140.778
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros	77.748	10.322	88.070
Outros itens não afetados	271.001	-	271.001
Total do patrimônio líquido	348.749	10.322	359.071
Total dos passivos e do patrimônio líquido	461.916	37.933	499.849

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2024		
	(Apresentado)	Impactos	(Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	300.747	53.876	354.623
Receita Operacional Líquida	300.747	53.876	354.623
Custos operacionais	(221.434)	(41.831)	(263.265)
Lucro Bruto	79.313	12.045	91.358
Despesas gerais e administrativas	(1.465)	-	(1.465)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições	77.848	12.045	89.893
Receita financeira	2.766	-	2.766
Despesa financeira	(302)	-	(302)
Resultado financeiro	2.464	-	2.464
Resultado antes dos impostos e contribuições	80.312	12.045	92.357
Impostos e contribuições	(10.543)	(1.722)	(12.265)
Resultado líquido do período	69.769	10.323	80.092

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2024		
	(Apresentado)	Impactos	(Reapresentado)
Resultado do exercício	69.769	10.323	80.092
Resultado abrangente total do período	69.769	10.323	80.092

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2024		
	(Apresentado)	Impactos	(Reapresentado)
Reserva de lucros	77.748	(10.323)	88.071
Outros itens não afetados	271.001	-	271.001
Total do Patrimônio Líquido	348.749	(10.323)	359.072

Fluxo de Caixa	31/12/2024		
	(Apresentado)	Impactos	(Reapresentado)
Resultado líquido do período	69.769	10.323	80.092
Ajustes para:			
Receita de implementação e infraestrutura	(312.140)	(55.917)	(368.057)
Custo construção - provisão fornecedores	221.318	41.831	263.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.614	1.722	11.336
Tributos indiretos diferidos	11.393	2.041	13.434
Outros itens não afetados	929	-	929
Variações nos ativos e passivos:			
Outros itens não afetados	(191.896)	-	(191.896)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(191.013)	-	(191.013)
Outros itens não afetados	(321)	-	(321)
Caixa líquido (aplicados) nas atividades operacionais	(191.334)	-	(191.334)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	178.000	-	178.000
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(13.334)	-	(13.334)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	15	33
Aplicações financeiras	27.340	4.061
	27.355	4.094

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024
CDB e Operações Compromissadas	99,84% do CDI	99,76% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Mutação do ativo de contrato de concessão			
Linha de transmissão	31/12/2024 (reapresentado)	Adições	31/12/2025
Encruzo Novo – Santa Luzia III Açailândia – Dom Eliseu II Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III SE 500/230/69 kV – Açailândia SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III SE 230/69 kV – Dom Eliseu II SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra	476.481	822.893	1.299.374
Circulante	-		74.144
Não circulante	476.481		1.225.230

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação do ativo de contrato de concessão			
Linha de transmissão	31/12/2023	Adições	31/12/2024 (reapresentado)
Encruzo Novo – Santa Luzia III			
Açailândia – Dom Eliseu II			
Secc. da LT 500 kV – LT Açailândia – Miranda II na SE			
Santa Luzia III			
SE 500/230/69 kV – Açailândia	108.424	368.057	476.481
SE 500/230/138 kV – Santa Luzia III			
SE 230/69 kV – Dom Eliseu II			
SE Encruzo Novo – Compensador Síncrono, Banco de			
Capacitor “Shunt” e Banco de Reatores de Barra			
Não circulante	108.424		476.481

• Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP será reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora tem direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a descontos, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846, de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do Contrato de Concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, a seu exclusivo critério, prorrogar o contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, observadas as condições previstas nos contratos de concessão e na legislação e regulamentação vigentes, em caso de relicitação do empreendimento em fim de vigência, serão indenizados pela vencedora do certame à antiga Transmissora, nos termos do Edital da Licitação a ser editado pela ANEEL.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A concessão da linha de transmissão de energia em operação é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2025-2026 Resolução 3.481 de 15/07/2025 Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026	Ciclo 2024-2025 Resolução 3.348 de 16/07/2024 Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025	Ciclo 2023-2024 Resolução 3.216 de 04/07/2023 Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024
RAP¹	RAP¹	RAP¹
108.257	102.789	98.447

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	463	297
IRRF sobre aplicações financeiras	216	332
ICMS a compensar	5.409	10
Ativo circulante	6.088	629
IRPJ e CSLL correntes	330	232
INSS e FGTS	1.129	1.013
ISS	1.712	1.411
ICMS	-	6.412
Outros	116	546
Passivo circulante	3.287	9.614

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo ¹	40.021	14.675

¹Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

9. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Tributos indiretos diferidos – Passivo não circulante ¹	47.427	17.392

¹Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão – Passivo Circulante	45.324	75.934

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	
Transação com empresa do grupo Taesa					
1	OCR x Disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa	Não aplicável.	Não aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.

Não existe inadimplência no saldo em aberto que necessite a constituição de PCE.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transação com empresa do Grupo Taesa					
1	Reembolso de despesas - Taesa	49	-	-	-
1	Reembolso de despesas - ETAU	101	-	-	-
1	Reembolso de despesas - SPT	26	-	-	-
1	Reembolso de despesas - SGT	40	-	-	-
1	Reembolso de despesas - ANANAÍ	4	-	-	-
		220	-	-	

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com controladora e empresa do grupo Taesa					
1	OCP x Despesas operacionais - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	Não aplicável.	01/12/2023 a 01/12/2026	Não aplicável.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
2	OCP x Obrigações - reembolso de despesas - Taesa /ETAU/SPT/Brasnorste	Não aplicável.	Não aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
Transações com empresa ligada					
3	OCP x Obrigações - reembolso de despesas - AIMORES	Não aplicável.	Não aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
4	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	22/07/2023 - término indeterminado	Não aplicável	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano Taesa foi aprovado por meio da Portaria nº 624, de 22 de julho de 2023 e publicado no Diário Oficial da União em: 26/07/2023 Edição: 141 Seção: 1 Página: 122
5	OCP x Taxa de conservação de CCI - EATE	R\$ 9 Valor mensal a partir do início da operação	27/12/2023 até a extinção da concessão	Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com controladora e empresa do grupo Taesa					
1	Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	1.394	84	3.671	532
2	Reembolso de despesas - TAESA	1.999	529	-	-
2	Reembolso de despesas - ETAU	1	-	-	-
2	Reembolso de despesas - SPT	12	-	-	-
2	Reembolso de despesas - BRN	12	-	-	-
Transações com empresa ligada					
3	Reembolso de despesas - AIMORES	4	-	-	-
4	Previdência Privada - Forluz - Custo	-	-	2	-
4	Previdência Privada - Forluz - Despesas	-	-	2	-
		3.422	613	3.675	532

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2024	Reversão	Adição	31/12/2025
Taesa	16.570	(16.570)	44.971	44.971

Dividendos a pagar	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Taesa	5.830	10.740	16.570

III - Remuneração da Administração

Em 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os diretores executivos são remunerados pela controladora.

12. PROVISÕES PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

12.1. Provisões para riscos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e fiscais.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/2024	Adição	Atualização	Pagamento	Servidões ¹	31/12/2025
Cíveis	5.279	-	11	(170)	(1.701)	3.419
Fiscais	-	352	17	-	-	369
	5.279	352	28	(170)	(1.701)	3.788

	Atualização	Servidões ¹	31/12/2024
Cíveis	172	5.107	5.279

¹ Refere-se às provisões/reversões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

12.2. Depósitos judiciais

	31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2025
Cíveis	5.278	1.038	(2.768)	(20)	(2.523)	1.005
Fiscais	-	352	-	-	-	352
	5.278	1.390	(2.768)	(20)	(2.523)	1.357

	Adição	Atualização	31/12/2024
Cíveis	5.106	172	5.278

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito era de R\$906.001, representado por 906.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito era de R\$271.001, representado por 271.001.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data de recebimento	Data de aprovação	Evento	Capital integralizado em 2025
12/12/2025	12/12/2025	Aumento de capital	58.000
26/11/2025	25/11/2025	Aumento de capital	20.000
05/11/2025	04/11/2025	Aumento de capital	30.000
15/10/2025	14/10/2025	Aumento de capital	20.000
12/09/2025	11/09/2025	Aumento de capital	60.000
08/07/2025	07/07/2025	Aumento de capital	80.000
13/06/2025	05/06/2025	Aumento de capital	50.000
28/04/2025	22/04/2025	Aumento de capital	97.000
03/04/2025	01/04/2025	Aumento de capital	80.000
24/03/2025	20/03/2025	Aumento de capital	20.000
21/02/2025	17/02/2025	Aumento de capital	40.000
15/01/2025	14/01/2025	Aumento de capital	50.000
06/01/2025	03/01/2025	Aumento de capital	30.000
			635.000

Reserva de lucros: (a) Reserva legal – Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos.

(b) Reserva de lucros a realizar - Reserva constituída com parcela não realizada do lucro distribuível.

(c) Remuneração dos acionistas – O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	31/12/2025	31/12/2024 ¹ (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	179.031	80.092
- Reserva legal	(9.468)	(3.489)
- Reserva de lucros a realizar	(124.592)	(60.033)
- Dividendos mínimos obrigatórios	(44.971)	(16.570)

¹A AGO de 28 de abril de 2025 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2024.

14. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade civil geral	ZURICH	19/09/2025 a 18/09/2026	80.000	2

Seguro garantia de fiel cumprimento

A empresa contratou seguro de fiel cumprimento a fim de garantir as obrigações assumidas no contrato de concessão e se resguardar de eventuais prejuízos, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor seguradora
002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia está em fase pré-operacional e, portanto, tem suas necessidades de caixa assegurada pela controladora na forma de capital, até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro, por meio da entrada em operação.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	27.340	4.061
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	15	33
	27.355	4.094
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	45.324	75.934
	45.324	75.934

15.4. Risco de mercado

15.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamentos de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2025	Cenário provável em 31/12/2026
CDI ¹	14,26%	12,50%

¹Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 20 de março de 2026 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2025	Efeito Provável no LAIR - 2026 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	27.340	(481)

15.5. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração analisa caso a caso a necessidade de contabilização de provisão para perdas, baixas efetivas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Casos judicializados são acompanhados e avaliados para que sejam atribuídas as devidas classificações.

15.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

15.7. Gestão dos riscos operacionais (Fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais (fase de construção) que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas – A companhia está sujeita a riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia depende de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, estando, portanto, sujeitas a eventuais aumentos de preços, atrasos na entrega ou falhas por parte desses fornecedores, o que pode impactar negativamente suas atividades e resultados.

Em razão das especificações técnicas exigidas para determinados equipamentos, o mercado fornecedor pode apresentar concentração ou limitação de players qualificados, especialmente para itens de maior complexidade. Em alguns casos, essa limitação pode reduzir as alternativas imediatas de fornecimento.

Diante desse cenário, a Companhia atua de forma contínua e estratégica na ampliação e diversificação de seu portfólio de fornecimento, incluindo a busca ativa e avaliação técnica de fornecedores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de mitigar riscos de concentração e dependência. Essa prospecção considera critérios rigorosos de qualidade, preço, prazo, capacidade produtiva e conformidade técnica, bem como processos de qualificação e homologação.

Caso algum fornecedor venha a descontinuar a produção ou interromper a comercialização de equipamentos estratégicos, poderá haver impacto na continuidade das operações, exigindo a aceleração do processo de qualificação de novos fornecedores ou o desenvolvimento de soluções alternativas. Esse movimento pode demandar investimentos adicionais e prazos de adaptação, com potenciais reflexos na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

15.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 – “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

15.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5	27.340	4.061	Nível 2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Implementação de infraestrutura	822.893	368.057
Receita operacional bruta	822.893	368.057
PIS e COFINS diferidos	(30.036)	(13.434)
Deduções da receita	(30.036)	(13.434)
Receita operacional líquida	792.857	354.623

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
- Remuneração direta	(4.470)	(523)
- Benefícios	(937)	(872)
- FGTS e INSS	(447)	(26)
Pessoal	(5.854)	(1.421)
- Custo de implementação de infraestrutura	(584.540)	(263.149)
Materiais	(584.540)	(263.149)
Serviços de terceiros	(871)	(146)
Outros custos e despesas operacionais	110	(14)
Total custos e despesas	(591.155)	(264.730)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Custos relacionados a implementação de infraestrutura.

Despesas com serviços de terceiros: Despesa com compartilhamento de serviços de terceiros, serviços advocatícios, custos com serviços de auditoria, viagens e consultorias.

18. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva	31/12/2025		31/12/2024 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	822.893	822.893	368.057	368.057
Diferença entre regime de caixa e competência	(822.893)	(822.893)	(368.057)	(368.057)
	-	-	-	-
Percentual	8%	12%	8%	12%
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	4.403	4.403	2.430	2.430
Outras receitas financeiras	1.708	1.708	336	336
Base de cálculo	6.111	6.111	2.766	2.766
Imposto de renda - 15%	(917)	-	(415)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(587)	-	(265)	-
Contribuição social - 9%	-	(550)	-	(249)
Outros	55	16	-	-
Total de despesa	(1.449)	(534)	(680)	(249)
Total de IRPJ e CSLL	(1.983)	(929)	(1.983)	(929)

Despesa de IRPJ e CSLL diferidos	31/12/2025	31/12/2024 (reapresentado)
Imposto de renda	(15.854)	(7.965)
Contribuição social	(9.491)	(3.371)
Total de IRPJ e CSLL diferidos	(25.345)	(11.336)

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev, aprovado pela PREVIC, foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras. Em 31 de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

dezembro de 2025, 33,33% (13,33% em 31 de dezembro de 2024) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), uma das controladoras da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na NE 11.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado

Trecho	Licença de Instalação/Única nº	Licença de Operação	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
LT 230 kV Encruzo Novo - Santa Luzia III	-	1080405/2025	28/11/2025	28/11/2029	SEMA-MA
LT 230 kV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	1488/2024	-	20/06/2024	20/11/2024	IBAMA-MA
SE Encruzo Novo	1002952/2024	-	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA
LT 500 kV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	-	1054907/2025	07/08/2025	07/08/2029	SEMA-MA
SE Santa Luzia III	-	1065104/2025	24/09/2025	24/09/2029	SEMA-MA

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
03/02/2026	02/02/2026	AGE	20.000
24/02/2026	23/02/2026	AGE	7.000
05/03/2026	04/03/2026	AGE	10.000
13/03/2026	13/03/2026	AGE	20.000

Energização antecipada: Em 16 de março de 2026, o ONS emitiu o Termo de Liberação referentes à energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV na concessão. Com esta liberação, a Tangará passa a receber uma RAP de aproximadamente R\$35.100 (referente ao ciclo 2025-2026), adicionado de PIS/COFINS, correspondente a 32,5% do RAP total do empreendimento, com efeitos retroativos entre 25 de fevereiro e 6 de março de 2026. O empreendimento foi entregue parcialmente com cerca de 24 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL de março de 2028.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Catia Cristina Teixeira Pereira	Diretor Financeiro
Luis Alessandro Alves	Diretor Técnico
Maurício Dall'Agnese	Diretor de Negócios
Jell Lima de Andrade	Diretor de Implantação

Dirlei Luis da Silva Junior
Contador CRC RJ- 117622/O-5